

Discurso político e mídia: o acontecimento político em análise

Magda Regina Lourenço Cyrre¹

¹ Faculdade de Letras – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

magcyrre@unisinossinos.br

Resumo. *Em Discurso político e mídia: o acontecimento político em análise, propõe-se um estudo semântico filiado à Análise do Discurso, e têm-se como pressupostos teóricos as obras: O Discurso: estrutura ou acontecimento (2006) de Michel Pêcheux, O Desentendimento: Política e Filosofia (1996) de Jacques Rancière e Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães (2005). Busca-se com este estudo investigar como o acontecimento discursivo-político da divulgação das gravações feitas por Paulo Feijó em diálogo com César Busatto foi explorado pela mídia impressa de Porto Alegre. O objeto de estudo deste trabalho é um pequeno recorte de acontecimentos de linguagem pertencentes à Língua Portuguesa, publicados em jornais de circulação no Rio Grande do Sul, na seção de Política da mídia. O trabalho analisa como o discurso desses dois políticos foi explorado em reportagens publicadas em Zero Hora e Correio do Povo e compara as interpretações diversas provenientes de enunciações dos sujeitos políticos envolvidos enquanto seres que ocupam lugares sociais específicos em nossa sociedade e seres locutores origem de um dizer. Os objetivos específicos são: a) investigar como a mídia explorou o acontecimento discursivo gravado por Paulo Feijó b) analisar como o sentido se faz através da posição que ocupam os diferentes sujeitos envolvidos nas cenas discursivas apresentadas nas reportagens dos jornais diários. O presente estudo se justifica por propor uma análise em que verifica como o texto organizado em sua discursividade e materialidade histórica possibilita várias leituras.*

Resumen. *En político y medios del discurso: el político del acontecimiento en análisis se propone considera un filiado estudio semántico basado em el análisis del discurso, y se tiene como base teórica las obras: O Discurso: estrutura ou acontecimento (2006) de Michel Pêcheux, O Desentendimento: Política e Filosofia (1996) de Jacques Rancière y Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães (2005). Se busca con este estudio investigar como el acontecimiento político-discursivo de la divulgación de las grabaciones hechas por Paulo Feijó en diálogo con César Busatto fue explorado por la prensa de Porto Alegre. El objeto del estudio de este trabajo es un pequeño recorte de los acontecimientos de lenguaje que pertenecen a la lengua portuguesa, publicados en periódicos de circulación en Río Grande del Sur, en la sección de política de los medios de comunicación. El trabajo analiza como el discurso de estos dos políticos fue explorado en reportajes publicados em los periódicos Zero Hora y Correio do Povo y compara las interpretaciones diversas que proceden de los enunciados de los sujetos participantes mientras seres que ocupan lugares sociales específicos en nuestra sociedad y seres*

locutores del origen de un decir. Los objetivos específicos son: a) investigar como la prensa explorará el acontecimiento discursivo grabado por Paulo Feijó; b) analizar como el sentido se hace através de la posición que ocupan los diversos sujetos envueltos en las escenas discursivas presentadas en los reportajes de los periódicos. El presente estudio se justifica por proponer un análisis em que se verifica como el texto organizado en su discursividade y materialidad histórica hace posible múltiples lecturas.

Palavras-chave: acontecimento; discurso; sentidos.

1. Introdução

Em nossa sociedade os indivíduos estão expostos a uma gama de informações veiculadas pela imprensa. Os jornais selecionam os assuntos políticos que virarão manchetes e conseqüentemente entrarão em discussão no dia a dia dos leitores de jornal de nossa região. Em vista disso, é importante refletir sobre como a mídia impressa se apropriou dos fatos envolvendo a gravação da conversa entre Busatto e Feijó e transformou o acontecimento em notícia, pois está em jogo não apenas uma visão de mundo, mas o próprio mundo que se constrói. Os objetivos específicos deste estudo são: a) investigar como a mídia explorou o acontecimento discursivo gravado por Paulo Feijó; b) analisar como o sentido se faz através das escolhas lexicais para representar o acontecimento discursivo em análise.

2. Pressupostos teóricos

Para articular a relação entre a análise da mídia impressa sobre política e a Análise do Discurso, inicialmente, apresentaremos alguns conceitos e idéias que posteriormente servirão para analisarmos as notícias veiculadas pela grande imprensa responsável pela cobertura jornalística do Rio Grande do Sul: Correio do Povo e Zero Hora.

Em se tratando de um estudo que se filia à Análise do Discurso (AD) é preciso lembrar que tanto na teoria quanto na práxis da análise dos acontecimentos discursivos selecionados será necessário relacionar a história, a filosofia e outros conhecimentos para a instauração de novos gestos de leitura. Em busca dos sentidos(s) veiculados, nas publicações da imprensa, nas seções sobre política, nos confrontamos, assim como Pêcheux (2006, p.18-19), com o entrecruzamento de caminhos: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso.

Pêcheux (2006) afirma que não é possível haver uma descrição pura de um acontecimento sem que haja interpretação. Isso porque toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual, a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que ‘não há metalinguagem’ – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua. Ou seja, todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se desloca discursivamente de seu sentido original para derivar para um outro. Em vista disso, pode-se considerar como mito acreditar que a mídia impressa possa ser fonte de informação. Porque, ainda segundo Pêcheux, 2006, todo enunciado, toda seqüência de

enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PECHEUX, 2006, p.53).

Assim como Guimarães (2005), coloco-me numa posição materialista, junto com aqueles que não tomam a linguagem como transparente, considerando que sua relação com o real é histórica. Ou seja, o sentido das expressões lingüísticas não pode ser considerado referencial, não se pode significar a partir de um conceito de verdade, as expressões lingüísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam. Neste sentido, é importante observar o funcionamento, a designação, do léxico presente nas matérias publicadas pela mídia impressa sobre o acontecimento discursivo gravado pelo vice-governador Paulo Feijó. A designação pode ser definida como a significação de um nome, não enquanto algo abstrato, mas enquanto algo próprio das relações de linguagem, enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, particularizada pelo contexto sócio-histórico da e na enunciação. O acontecimento lingüístico significa porque projeta sobre si mesmo um futuro e ao mesmo tempo significa porque recorta um passado como memorável. Em vista disso, partimos do pressuposto de que todo acontecimento político noticiado é uma interpretação já que inicialmente o fato passa por um procedimento de reescritura: primeiramente feita pelo jornalista – que inscreve em seu texto sua memória e sua formação ideológica - na matéria jornalística, e posteriormente pelos leitores de jornal. A interpretação é um “gesto”, ou seja, é um ato no nível simbólico (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 1998), na perspectiva discursiva a palavra gesto serve justamente para deslocar a noção de ‘ATO’ da perspectiva pragmática sem desconsiderá-la (ORLANDI; 1998, p.18). O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história. (ORLANDI; 1998, p.18). No momento em que se assume a incompletude da linguagem, sua materialidade discursiva, o gesto de interpretação passa a ser visto como uma relação necessária. Embora, na maior parte das vezes, esse gesto seja negado pelo sujeito jornalista o qual usa estratégias e regras impostas pela imprensa para o seu texto parecer neutro – (neutralidade que sabemos não existe) e que intervém decisivamente na relação do sujeito com o mundo (natural e social), mesmo que ele não saiba. Ao significar, o sujeito se significa, o gesto de interpretação é o que – perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores – decide a direção dos sentidos, decidindo, assim sobre sua direção. De acordo com Rancière, “no discurso político, tudo é retomada, rejeição, remissão, reformulação, desvio e distorção, mudança de pólo.” (Rancière *apud* Guilhaumou e Maldidier, p.64) Com isso, reafirmando a importância da interpretação.

Segundo Gregolin (2003), em *Discurso e Mídia a Cultura do Espetáculo*, a interpretação de textos jornalísticos exige o reconhecimento de posições ideológicas, a compreensão de vozes que falam por meio do discurso realizado. Isso porque o discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando ele o reconhece como pertencente à determinada formação discursiva. A autora destaca também que todo discurso remete às suas condições de produção e marca que fazem parte de tais condições: a situação, o contexto real e a ilusão do sujeito enunciador de ser a fonte do sentido. Essas condições estão, portanto, na esfera do real

(situação concreta) e na do imaginário (o papel que o enunciador ocupa em uma formação discursiva, e seu próprio esquecimento do lugar que ocupa).

Gregolin (2003) afirma ainda que o texto jornalístico é construído pela intertextualidade em vários graus, ou seja, é um mosaico de citações absorvidas e transformadas. Para ela, “o sentido, no jornal, constitui-se como um diálogo em três dimensões: o sujeito da escrita, o destinatário e os textos exteriores”. Devido a essa polifonia própria do discurso jornalístico, para ler o texto é preciso captar a relação que ele estabelece com outros textos, que lhe são anteriores e exteriores, que ele repete e transforma. Dessa forma, o sentido de uma expressão é constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto e nesse jogo de construções entra em cena a transformação do acontecimento político em espetáculo pela mídia impressa.

De acordo com Pêcheux (2006) “as coisas-a-saber” são sempre tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação. Em vista disso, todo texto, não só a matéria produzida para publicação em jornal, constitui uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc.). As “coisas-a-saber” coexistem assim como objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem: isso acontece tanto nos segredos da esfera familiar “privada” quanto no nível “público” das instituições e dos aparelhos de Estado. O fantasma da ciência régia é justamente o que vem, em todos os níveis, negar esse equívoco, dando a ilusão de que sempre se pode saber do que se fala, isto é, negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece (Pêcheux, 2006, p. 54-55).

Em face disso, historicamente a mídia impressa está associada a condições de poder saber, poder interpretar e poder divulgar a palavra, o discurso e, muitas vezes também negando o ato de interpretação. Para Michel Foucault (2003, p.27), temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem que determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento. Nesse sentido, justifica-se a importância de investigar como a mídia impressa apreende o saber e como ela faz uso desse poder. Em vista disso, buscamos saber como o acontecimento político do diálogo entre Busatto e Feijó se transformou em um espetáculo pela mídia impressa.

O jornal é um meio de divulgação do saber e, por conseguinte, detentor do poder. O poder exercido pela imprensa já é historicamente conhecido e utilizado desde há muito tempo. Em *Vigiar e Punir* de Michel Foucault (2003, p.54-55), há um relato de

como a imprensa há muito tempo era utilizada como forma de pressionar ideologicamente o povo para submeter-se às leis e inibir o crime: “A fim de desacreditar os contrabandistas, a 'Compagnie des Fermes' publicava 'boletins' contando os crimes deles (*sic*): em 1768, contra um certo Montagne que estava à frente de um bando, ela distribui folhetins de que diz o próprio redator: foram-lhe atribuídos alguns roubos cuja verdade é bastante incerta....; representaram Montagne como uma besta fera, uma segunda hiena que tinha que ser caçada; como as cabeças no Auvergne andavam quentes, a idéia pegou.”

Se há séculos atribui-se à imprensa o poder de influenciar o povo é porque talvez ela tenha esse poder. No entanto, é preciso considerar que (idem, p.55) se esses relatos podem ser impressos e postos em circulação, é certamente porque se esperam deles efeitos de controle ideológico, fábulas verídicas de pequenas histórias. Mas se são recebidos com tanta atenção, se fazem parte das leituras de base das classes populares, é porque elas aí encontram não só lembranças, mas pontos de apoio; o interesse de “curiosidade” é também um interesse político. De modo que esses textos podem ser lidos como discursos com duas faces nos fatos que contam, na divulgação a qual dão a eles e na glória que conferem a esses criminosos designados como 'ilustres', (...). “O efeito e o uso dessa literatura eram equívocos. O condenado se tornava herói pela enormidade de seus crimes largamente propalados, e, às vezes, pela afirmação de seu arrependimento tardio”. O sentido mais uma vez escapa aos desígnios das autoridades. Isso ocorre porque a linguagem não é transparente nem os sentidos são evidentes. Os sentidos estão atrelados à memória do povo e o sujeito que emite seu pensamento não está onde o enunciado faz sentido. Isso porque o sentido escapa ao poder e associa-se à interpretação e “[...] o espaço da interpretação é o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma: do trabalho da história e do significante, em outras palavras, do trabalho do sujeito” (ORLANDI; 1998a, p.22).

3. Sobre a política, os políticos e a mídia

Conforme Guimarães (2005, p.16), o político, ou a política, é “caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.”

De acordo com Telles (1999, p.67), a política não se define exclusivamente por referência ao Estado, mas antes por uma forma de sociabilidade. Ou seja, é um espaço que cria suas próprias regras e seus próprios critérios, pelos quais os acontecimentos e os constrangimentos da vida em sociedade podem se fazer visíveis e inteligíveis para os que dela participam. Para Habermas (1984, p.233), a esfera pública é caracterizada como uma zona de discurso, na qual idéias são conhecidas e debatidas e uma visão do bem comum pode ser expressa. O filósofo situa seus estudos sobre a esfera pública do século XVIII, período em que a imprensa se constitui na sua instituição por excelência, uma vez que tinha o papel de difundir, mas também de reconfigurar as discussões sociais. O princípio básico da esfera pública seria legitimar a pressão social exercida sobre o *poder* do Estado, transcendendo a mesma relação de força. Teria como meta a transformação de interesses de indivíduos privados em um interesse público comum, e, desta forma, universal. Já para Arendt (1991), a esfera pública é o lugar do “mundo comum”, do aparecimento, da visibilidade e, por conseguinte, da política: um espaço reconhecido de opinião e de ação. Tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por

todos, e essa visibilidade pública é o que constrói a realidade. O espaço público é construído pela ação e pelo discurso. A vida pública adquire significado no ser visto e no ser ouvido. “Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes (Idem; 1991, 67)

A política, assim como a mídia, detém o poder das palavras. Essas carregam a legitimidade de quem as pronuncia e, se adotadas adequadamente, como táticas, produzem efeitos reais. No discurso está o poder da mídia e da política. Historicamente, os regimes políticos exercem controle da sociedade com mecanismos específicos de coerção, sedução ou da combinação destes. O poder de representação das mídias pode ser equiparado ao poder da própria política (WEBER, 2000).

Courtine, 2006, afirma que historicamente o discurso político sofreu profundas transformações em decorrência da conjuntura política que se modificou consideravelmente: ela é dominada há alguns anos pelos temas do *reclamo* ou do *refluxo do político*. Conseqüentemente, a representação do político transformou-se também profundamente nos últimos anos. No entanto, o discurso político continua a representar os efeitos da luta ideológica no interior do funcionamento da linguagem. A fala do político apresenta-se como constituição de um espaço de repetição que assume a forma de uma retomada de palavra por palavra, do discurso ao discurso de inúmeras formulações. No discurso político, essas retomadas freqüentemente se apagam, devido ao desaparecimento das marcas sintáticas do discurso reportado, o traço do desnivelamento interdiscursivo. “Isso renuncia à prática erudita da recitação e enfatiza o discurso político da subjetivação para a ordem da doutrina, da epístola e da escola (na escola, a repetição literal parece dar um valor de verdade” (COURTINE, 2006, p.80).

Na política, a *memória* é um poder: ela funda uma possibilidade de se exprimir; ela abre um direito à fala, ela possui, até mesmo, um valor performativo de proposição eficaz. Em vista disso, o discurso político representa, por excelência, os efeitos da luta ideológica no interior do funcionamento da linguagem e “contrariamente, aquilo que, na ordem literária, revelaria o plágio é, aqui, uma prática perfeitamente legítima” segundo Courtine 2006, p.92. A memória se inscreve assim numa política escolar do texto aprendido, da posição sabida, do verso repetido. Ela tende a conjurar os acasos do discurso pela reiteração do idêntico, pelo eterno retorno do mesmo. Ela privilegia, assim, as formas discursivas da repetição (citação, recitação, comentário) e os mecanismos lingüísticos da ligação do encaixamento, do encadeamento. (p.93). Nessa perspectiva, analisando os jornais conhecidos como de “referência”, pode-se dizer que eles se utilizam preferencialmente de fontes detentoras de um lugar institucional construído e legitimado historicamente. Os políticos que falam no jornal são autorizados pela sociedade e têm a função de proferir um discurso sobre o Estado, sobre a esfera pública. As estratégias discursivas deste *Lugar de Fala*, posição que ocupam os diferentes sujeitos envolvidos nas cenas discursivas apresentadas nas reportagens dos jornais diários, obedecem a determinadas regras para serem autorizadas e legitimadas. Como afirma Foucault (2007), ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Portanto, o sujeito não fala a partir de si mesmo, mas sim de um lugar marcado social e ideologicamente, determinado pela e determinante da história desse sujeito (PECHEUX, 1988). E ainda, segundo Guimarães

(1987) é a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação. Segundo Foucault, poder-se-ia dizer com respeito à enunciação política que seu “domínio associado”, primeiramente, abrange as formulações no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento numa seqüência discursiva, o fio horizontal de um discurso que chamaremos *intradiscurso*. Mas ele compreende apenas, e é isso que o torna diferente de uma simples seqüência lingüística de formulações “às quais o enunciado se refere (implicitamente ou não) seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não re-atualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2000, p.111 *apud* COURTINE, p.70).

É no papel de homem de honra que a política e o político se tornam, especialmente, vulneráveis às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo que ameaça a crença, a confiança, e torne visível, faça aparecer atos e segredos (WEBER, 2006, p.13). É em vista disso que o discurso político sofre de um certo descrédito que leva à rejeição de certas formas do discurso público (COURTINE, 2006, p.83).

As análises de Sennett *apud* Courtine (2006, p.133) permitem compreender de que modo essa redefinição das relações entre privado e público vai afetar profundamente as formas de recepção dos discursos políticos. O quadro no qual o espetáculo político contemporâneo ganha sentido. Deslizou-se cada vez mais nitidamente, da análise dos fatos para a análise das causas psicológicas, da percepção das ações para a percepção das intenções. Conforme Courtine, 2006, deslocou-se a questão de saber o que ele fez para saber por que ele o fez. Tornou-se uma regra política maior desviar a atenção pública das ações ou das posições políticas para absorvê-las inteiramente nas intenções morais, na exibição dos traços psicológicos de sua personalidade: é um dos fundamentos do que se poderia chamar de “o efeito teflon” – aquele sobre o qual tudo desliza. Em vista disso, as carreiras políticas se constroem e se destroem ao sabor dos acidentes biográficos, mesmo dos mais distantes; porque eles tornam retroativamente suspeita toda a existência. Assim, conforme Courtine (2006) assistimos, desde aproximadamente 1974, à deflagração de escândalos, fomentados pela prática de um jornalismo de perseguição, intrusivo e agressivo, que se esquece muito freqüentemente das normas éticas que devem reger a coleta e a publicação das informações.

A máquina de escândalos engendra, com efeito, uma grande quantidade de “psudo-acontecimentos”, a noção de informação perde sua referencialidade, a realidade política se enfraquece. A lógica dos tablóides e da *trash* TV apodera-se de maneira crônica da vida política e torna triviais os discursos públicos: o debate se empobrece e os fatos anedóticos tendem a ocupar dianteira da cena, em detrimento dos problemas políticos cruciais do momento. A orquestração dos escândalos encoraja o cinismo da opinião e preside o desenvolvimento de uma cultura da desconfiança em relação às pessoas públicas e às instituições democráticas (COURTINE, 2006, p.143).

4. Pressupostos analíticos

Há diversos modos de dizer e, conseqüentemente, diversas formas de se interpretar o que é dito. Parte-se do pressuposto de que toda realidade transformada em linguagem é

uma forma de interpretação ou uma representação desta realidade. Já que não existe texto neutro, sempre há interesses em torno de uma questão. Segundo Pêcheux (2006), “o discurso não surge no vazio. O discurso remete à formação discursiva que o originou e que é marcada por uma ideologia ali embutida. Na origem do processo discursivo, há uma formação discursiva permitindo as condições de sua existência”.

Para interpretar a representação do acontecimento envolvendo Feijó e Busatto, pela mídia, analisaremos o funcionamento, a designação, do léxico presente nas matérias publicadas pela mídia impressa sobre o acontecimento discursivo. Entendendo a designação como Guimarães (2005) a significação de um nome, não enquanto algo abstrato, mas enquanto algo próprio das relações de linguagem, que remete ao real, particularizando-o pelo contexto sócio-histórico da e na enunciação.

De acordo com Courtine (2006, p.112), o vento da “pós-modernidade” soprou sobre as formas da representação política: a teatralidade do espetáculo político se transformou profundamente com as novas mídias, que perturbaram o lugar da fala na comunicação política. O discurso perdeu sua autonomia e sua eficácia; ele é, desde então, indissociável da imagem do homem político e está freqüentemente subordinado a essa imagem. Em face das transformações que o discurso político sofreu ao longo dos anos de agora em diante, de acordo com Courtine, o discurso político não pode ser dissociado da produção e recepção de imagens da mesma maneira que o discurso do homem político não poderia mais se separar de sua imagem. Isso acarreta uma consequência importante para as práticas das análises. A mensagem política não é unicamente lingüística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal (COURTINE, 2006, p.85). Em vista disso, consideraremos na análise dos acontecimentos noticiados também as imagens publicadas pela mídia.

Utilizaremos como procedimento de análise dos acontecimentos de linguagem selecionados a interpretação, conforme entende Orlandi (1998, p.99): “A interpretação embora se ligue à questão do conhecimento/reconhecimento, recusa a transparência da linguagem e faz intervir não a vontade do saber (da verdade) no analista, mas o inconsciente e a ideologia na consideração do sujeito.” Portanto, a interpretação – enquanto dispositivo do analista e gesto do sujeito que diz – nos oferece um lugar extremamente expressivo de conservação dos processos de produção dos sentidos e de constituição dos sujeitos. Portanto, na análise do acontecimento discursivo gravado pelo Vice-Governador, Paulo Feijó, no dia 26 de maio último, verificaremos como a mídia impressa se apropriou desse acontecimento discursivo e realizou a sua divulgação.

5. Análises

O objeto de análise desse estudo são os títulos das matérias dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora* – publicação de 07 de junho do corrente ano - na cobertura dada pela imprensa quando da divulgação das gravações feitas pelo Vice-Governador, Paulo Feijó, em conversa mantida com César Busatto, secretário-chefe da Casa Civil do Estado.

Apresentamos a seguir os enunciados de capa dos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo* que serão objetos de análise deste estudo.

Reportagem Especial

Diálogo gravado por Feijó abala o Piratini



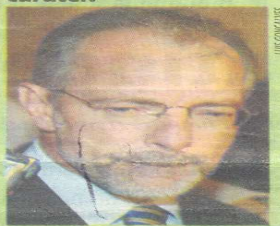
"Fatos são graves", afirma o chefe do Ministério Público

Figura 1. Zero Hora - Porto Alegre, sábado, 7 de junho de 2008, edição nº 15625 - capa

Escândalo

O governo gaúcho e a Assembleia Legislativa viveram ontem um dia de convulsão completa. A briga política entre a governadora Yeda Crusius e o vice Paulo Feijó, a CPI do Detran e as questões polêmicas do Barrisul envolvendo acusações de eijó desencadearam grave crise institucional. A situação piorou pela gravação feita por Feijó e uma conversa mantida com o secretário-chefe da Casa Civil, César Busatto. No diálogo, surgiram afirmações políticas perigosas sobre arrendamento político de secretarias, autarquias e instituições públicas. A gravação provocou escândalo de

**1) "Fui vítima de uma tocaia."
2) "O vice-governador é um golpista, é um mau caráter."**



Governo Delson Martinelli, envolvido nas discussões da CPI do Detran. A governadora Yeda Crusius preferiu silenciar ontem, mas deverá, ainda no final de semana, provavelmente, fazer pronunciamento sobre a crise. O porta-voz Paulo Fogaça declarou que Yeda está analisando todo o quadro para, depois, agir e tomar as decisões que julgar convenientes. Ao final da tarde de ontem, Busatto convocou entrevista coletiva e usou afirmações fortes. Eis algumas: "Fui vítima de tocaia", "Ele, vice-governador, não é um homem honrado", "O vice é um mau caráter", "Fui vítima de uma atitude baixa", "O vice é um golpista", "Ele quer ser governador a qualquer custo". "Ele, Feijó, fez jogo de governo passa por dificuldades financeiras

**1) "Sofri forte assédio moral para me manter calado."
2) "Estão privatizando o que é público em nome de terceiros, para fins escusos."**



gou nota, no início da noite de ontem, confirmando as conversas com Busatto. "As afirmativas feitas por Busatto foram tentativas claras de me convencer de que não existe outra forma de fazer política numa clara demonstração de privatização do que é público em nome de terceiros, para fins escusos. Isso é inaceitável sob todos os pontos de vista, principalmente em um Estado onde

Figura 2. CORREIO DO POVO - Porto Alegre, Sábado, 7 de Junho de 2008 - Ano 113-Nº251 - Capa

Para estudarmos o acontecimento no fio do discurso, iniciaremos pela análise de alguns itens lexicais integrantes da matéria de capa do jornal *Zero Hora*: "Diálogo gravado por Feijó abala o Piratini". Desse enunciado, iniciamos pela análise do sintagma verbal escolhido por *Zero Hora* para designar o acontecimento político envolvendo o diálogo entre Feijó e Busatto: **abala**. O dicionário Houaiss (2001) apresenta 14 significados para o verbo abalar. Dentre as acepções apresentadas no

dicionário, interessa-nos apenas os significados 1, 2 e 3 que registram que abalar é: 1. fazer estremecer ou estremecer-se; tremer, oscilar; 2. Tornar(-se) pouco firme, pouco seguro; fazer pender ou perder a firmeza, a resistência e 3. causar comoção ou abalo a; impressionar vivamente. Comparando os significados registrados no dicionário com a situação de uso do verbo *abala* como integrante do título da manchete principal de *Zero Hora* é possível interpretar o acontecimento que está sendo noticiado como uma notícia cotidiana, comum, sem maior importância política.

A chamada de capa para a reportagem especial “não revela o teor dos acontecimentos gravados nem o impacto no Governo Estadual após a divulgação do teor da gravação. Percebe-se uma tendência a amenizar o acontecimento pelas escolhas lexicais que compõem a chamada “Diálogo gravado por Feijó abala o Piratini”. O verbo abalar, semanticamente, não designa com precisão o impacto que o diálogo gravado por Feijó terá no Governo Yeda Crusius. Pode-se inferir também que há uma tentativa de atenuar o(s) sentido(s) do acontecimento que está sendo noticiado, pois há um apagamento dos agentes envolvidos. O diálogo gravado foi entre quem? Quem vai abalar o quê? Há um apagamento dos nomes de César Busatto, secretário-chefe da Casa Civil do Governo Yeda Crusius e do cargo de Feijó, Vice-Governador do Estado. Podemos interpretar essas ausências como uma estratégia do Jornal Zero Hora para controlar o sentido do acontecimento noticiado, uma tentativa de não associar o acontecimento noticiado ao Governo Estadual.

Em “Diálogo gravado por Feijó abala o Piratini”, o sintagma nominal Piratini representa o complemento do sintagma verbal “abala”. A combinação dessas escolhas lexicais “abala” e “Piratini” desvia a atenção do leitor para o governo e faz pensar no prédio, Palácio Piratini e não no que representa o Piratini, a sede do governo do Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, sabe-se que a chamada: “Diálogo gravado por Feijó abala o Piratini”, não tem o sentido de noticiar um abalo sísmico. O diálogo gravado por Feijó não fez estremecer o palácio, o prédio, a edificação. O que o jornal não arrisca revelar ou não quer evidenciar é quem perde a firmeza, a resistência e sai abalado com o acontecimento: Feijó, Yeda ou Busatto? É interessante observar que as escolhas lexicais selecionadas para a construção da manchete de capa em momento algum referem explicitamente ao governo estadual ou a governadora. A única palavra que remete indiretamente ao Governo Gaúcho é o Piratini, que é sede do governo do Rio Grande do Sul. As escolhas lexicais que compõem a manchete do jornal *Zero Hora* levam há uma tentativa de apagamento de qualquer referência ao Governo Estadual, Governo do Rio Grande do Sul, Governo Gaúcho ou à Yeda Crusius, Governadora do Estado.

Ao analisarmos a foto da capa de Zero Hora, selecionada para ilustrar o texto da reportagem “Diálogo gravado por Feijó abala o Piratini”, percebe-se que a foto do secretário-chefe da Casa Civil, César Busatto, em meio a uma multidão de repórteres aprofunda sentidos que circulam a capa. É visível o assédio pelos repórteres de diferentes canais de informação a César Busatto. O clima de tumulto e agitação é revelado pelas mãos dos repórteres segurando microfones e gravadores e pelas mãos oscilantes de Busatto. A faixa preta com letras escritas em cor branca “Palácio Piratini” dá a localização espacial de onde se dá o centro do acontecimento. O fato de *Zero Hora* apresentar apenas a foto de Busatto e não apresentar fotos nem de Feijó - responsável por tornar público os acontecimentos do Governo Estadual- nem de Yeda demonstra novamente uma opção pelo apagamento de uma prática política tomada como grave, a

corrupção, que vem de dentro do governo Yeda Crusius. Apesar dessa tentativa de dissimular a gravidade do acontecimento, a legenda da foto: "*Fatos são graves*", afirma o chefe do Ministério Público permite-nos a formulação das seguintes interpretações em face à superfície selecionada. A enunciação do chefe do Ministério Público apresenta uma avaliação valorativa do acontecimento noticiado na capa de Zero Hora. O item lexical grave apresenta 18 significados no dicionário Houaiss (2001, p. 1480), mas à análise semântica proposta interessa-nos apenas a acepção 6. Ou seja, grave é conceituado como: "extremamente sério, preocupante; que pode ter conseqüências nefastas ou fatais". O acontecimento noticiado é designado valorativamente pelo chefe do Ministério Público como "grave", mas o jornal Zero Hora tem o cuidado de não demonstrar que partilha dessa qualificação do acontecimento. Zero Hora apresenta a enunciação entre aspas, delimitando o que é posição do jornal e o que é de alguém de fora, indicando que o lugar o qual ocupa essa enunciação não foi proveniente do jornal, mas de alguém cujo direito é reconhecido institucionalmente como podendo emitir um juízo de valor. Mas, ao mesmo tempo em que o acontecimento é designado como "grave" - definido no dicionário Houaiss (2001, p. 1480) como: "6 extremamente sério, preocupante; que pode ter conseqüências nefastas ou fatais" - não são apresentados quais são os fatos graves e nem quem seria atingido pelas conseqüências nefastas ou fatais. A ausência de itens lexicais relacionados diretamente ao acontecimento permite-nos concluir que há uma posição clara do Jornal *Zero Hora* de não se comprometer com a divulgação, propagação das práticas políticas escusas que ocorrem no governo atual.

O jornal *Correio do Povo* apreende o acontecimento envolvendo as gravações feitas por Feijó designando o diálogo entre Busatto e Feijó como um "ESCÂNDALO". O dicionário Houaiss (2001, p. 1200) define o sintagma nominal escândalo apresentando 5 acepções para esse item lexical. Para este estudo, interessa-nos apenas os significados 1, 2, 4 e 5. Ou seja, o dicionário conceitua escândalo como: "1 fato ou acontecimento que contraria e ofende sentimentos, crenças ou convenções morais, sociais ou religiosas estabelecidas 2 indignação, perplexidade ou sentimento de revolta provocado por ato que viola convenções morais e regras de decoro 4 ato que envolve desordem, tumulto, quebra de uma ordem estabelecida 5 fato revoltante, inaceitável pela consciência civilizada." O tamanho enorme da fonte usada na capa do jornal designa a dimensão do acontecimento político. Fica evidente pelo uso da palavra única na manchete para a chamada do texto da notícia o valor apreciativo que o jornal dá ao acontecimento noticiado. O fato é designado pelo jornal como um acontecimento que contraria e ofende sentimentos, crenças ou convenções morais, sociais estabelecidas; que causa indignação, perplexidade ou sentimento de revolta provocado por ato que viola convenções morais e regras de decoro; que revela um fato revoltante, inaceitável pela consciência civilizada. Com uma única escolha lexical, "ESCÂNDALO", o jornal *Correio do Povo* apreendeu o acontecimento e fez a representação da realidade, interpretando o acontecimento como um grande espetáculo político que se tornou a divulgação da gravação.

Dividindo a capa em espaços iguais, o jornal *Correio do Povo* dá voz aos dois envolvidos no centro do escândalo por meio do discurso direto. No discurso de Busatto, à esquerda da capa do *Correio do Povo*, o jornal ao dar voz ao secretário-chefe da Casa Civil, fez uma seleção de falas que continham sua defesa e seu ataque a Feijó por este

tê-lo gravado sem seu conhecimento. Percebe-se pela seleção de enunciações destacadas para compor a manchete a condução para interpretação do acontecimento.

Em: “1) *Fui vítima de uma tocaia.* ”, selecionamos os itens lexicais “vítima” e “tocaia” para analisar. O dicionário Houaiss (2001, p. 2873) apresenta para o sintagma nominal vítima 8 significados. Para este estudo, interessam apenas as seguintes acepções: “1 ser humano ou animal morto em sacrifício a uma divindade ou na execução de algum rito sagrado 4 pessoa que é sujeita a opressão, maus-tratos, arbitrariedade 6 *fig.* qualquer ser ou coisa que sofre algum dano ou prejuízo.” E para o sintagma nominal tocaia, Houais (2001, p. 2728) apresenta 3 significações, mas para este estudo interessam apenas as duas primeiras acepções: “1 ant. pequena casa rústica em que o indígena se ocultava para esperar o momento de surpreender o inimigo ou matar a caça 2 ação de alguém ocultar-se para atacar outrem ou para caçar.” Pelo discurso de Busatto selecionado para fazer parte da chamada da notícia que apreendeu o acontecimento da gravação, percebe-se que o jornal *Correio do Povo* recuperou uma enunciação de Busatto em que este fala do lugar de quem sofreu um dano, um prejuízo sem chances de defesa, pois não imaginava que seria pego. O uso dos itens lexicais “vítima e tocaia”, juntos na mesma enunciação, é revelador de outros sentidos além desses que são explicitados pelo dicionário: “vítima e tocaia” designam também implicitamente que se ele soubesse, imaginasse que Feijó poderia gravar o diálogo, não seria descoberto. Só enunciou o que enunciou porque não sabia que estava sendo gravado.

Em: “2) *O vice-governador é um golpista, é um mau caráter.* ” selecionamos os itens lexicais “golpista” e “ mau caráter” para analisar. O sintagma nominal “golpista” é definido pelo dicionário Houais (2001, p. 1464) da língua portuguesa como: “1 que ou aquele que dá golpe (‘manobra desleal’ e ‘golpe de Estado’) ou golpes 2 que ou quem é favorável à golpe(s) de Estado.” Quanto aos sintagmas nominais “mau caráter”, a presença do item lexical “mau” modifica e intensifica o sentido de “caráter”. Caráter possui no dicionário Houaiss (2001, p.620) 13 significações, interessa-nos as acepções 7, 8 e 9: “7 conjunto de traços psicológicos e/ou morais (positivos ou negativos) que caracteriza um indivíduo ou um grupo 8 *p. ext.* feitiço moral 9 *p. ext.* qualidade inerente a um indivíduo desde o nascimento; temperamento, índole” A seleção dessa enunciação de Busatto (*O vice-governador é um golpista, é um mau caráter.* ”) pelo, deixa claro o sentido que está aí determinado, designado pela palavra golpista, antecedida do sintagma verbal “é”. Busatto acredita que essa atitude só se justifica, em caso de um interesse maior, dar um golpe. Trata-se de uma adjetivação ofensiva ao vice-governador, pois o define e o registra com o verbo no presente do modo indicativo como atemporal, ou seja, ele continuará sendo sempre um “golpista”. Além de designar Feijó como um “golpista”, Busatto intensifica sua ofensiva designando-o como “mau caráter”: Busatto frisa que as qualidades do vice-governador são negativas, as piores possíveis. Mas, negativa para quem? Para a política ou para a sociedade?

O desabafo, a revolta de Busatto, registrado nos enunciados precedentes são reveladores de outros sentidos que ultrapassam a ofensa pessoal. O conjunto destes enunciados: “1) *Fui vítima de uma tocaia.* ” e “2) *O vice-governador é um golpista, é um mau caráter.* ” revelam que Busatto só foi desmascarado porque foi político com

que não sabia jogar politicamente. Um acontecimento cotidiano na política tornou-se notícia porque foi divulgado, daí Busatto sentir-se “vítima”.

No discurso de Feijó, à direita da capa do Correio do Povo, o jornal, ao dar voz ao Vice-Governador, fez uma seleção de falas que continham as justificativas de Feijó para a sua atitude de gravar o diálogo mantido com o secretário-chefe da Casa Civil sem que este soubesse que estava sendo gravado. O jornal Correio do Povo dá espaço para o Vice-Governador explicar o seu ato, também considerado não ético frente ao mundo da política.

Em: “1) *Sofri forte assédio moral para me manter calado.*”, selecionamos para análise os itens lexicais “sofri”, “assédio” e “moral”. O sintagma verbal *sofri*, verbo sofrer, é definido no dicionário Houaiss (2001, p. 2598) por 8 significações diferentes. Interessa a este estudo os seguintes significados: “4 experimentar com resignação e paciência; suportar, tolerar, agüentar 6 passar por, experimentar 8 não reagir violentamente; conter-se, soffrear-se, agüentar-se”. E o sintagma nominal “assédio” é definido no dicionário Houaiss (2001, p. 319) com duas acepções a primeira em sentido real e a segunda em sentido figurado: “1 operação militar, ou mesmo conjunto de sinais ao redor ou em frente a um local determinado, estabelecendo um cerco com a finalidade de exercer domínio 2 *fig.* insistência impertinente, perseguição, sugestão ou pretensão constantes em relação a alguém.” Em relação ao sintagma nominal “moral” o dicionário Houais (2001, p. 1958) apresenta 11 significados. Selecionamos para este estudo os seguintes significados: “1concernente a ou próprio da moral 4 que segue princípios socialmente aceitos 6 conjunto de valores como a honestidade, a bondade, a virtude etc., considerados universalmente como norteadores das relações sociais e da conduta dos homens. O item lexical *assédio* tem os seus sentidos intensificados pelo modificador “forte”. Observa-se pela situação de uso que o conjunto formado pelos itens lexicais “sofri”, “assédio” e “moral” em “1) *Sofri forte assédio moral para me manter calado.*” adquire sentido de explicação, justificativa à sociedade por sua atitude não ética. Ou seja, é contraditório Feijó denunciar atos imorais com atitude imoral (gravar diálogo sem o consentimento de Busatto). Além desse sentido, esse conjunto de sintagmas nominais projeta sentidos de práticas cotidianas de corrupção no governo estadual e que o vice-governador só denunciou porque ultrapassou o seu limite para ficar calado.

Em: “2) *Estão privatizando o que é público em nome de terceiros para fins escusos.*” Selecionamos para análise o item lexical “escuso”. Quanto ao sintagma nominal “escuso” o dicionário Houaiss (2001, p. 1213) apresenta duas entradas como adjetivo. Interessa para este estudo apenas as duas significações da primeira entrada: “1 que se encontra escondido; oculto, recôndito 2 que desperta suspeita, que é misterioso ou ilícito”. Analisando todos os itens lexicais enunciados por Feijó, percebe-se que o sintagma nominal “escusos” modifica e intensifica negativamente o sentido de “fins” e “privatizando”, acentuando e atribuindo a sua atitude um sentido de denúncia para o bem da sociedade.

A Busatto e a Feijó é dado quase que o mesmo espaço acompanhado de fotos que apresentam a suas expressões faciais. Observa-se que o jornal Correio do Povo, estrategicamente procura passar aos leitores sentido de seriedade e neutralidade, já que permite aos dois envolvidos “falar”, ao mesmo tempo em que divulga a foto dos

envolvidos uma ao lado da outra, aproximadamente, com as mesmas dimensões. As fotos de Busatto e de Feijó aprofundam sentidos que circulam a capa. Expressão de raiva, boca cerrada, e dúvida, mão segurando o queixo contrapõem-se e projetam sentidos futuros para esse acontecimento: tensão no governo do Estado do Rio Grande do Sul. O futuro é incerto e no momento não é possível dizer quem ganha ou quem perde, quem é o vencedor ou quem é o vencido.

6. Considerações finais

O sensacionalismo e a manipulação dos saberes pela imprensa podem ser observados e constatados nas chamadas de notícias, retiradas do título das matérias dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora* na cobertura do acontecimento noticiado acerca das gravações feitas pelo Vice-Governador, Paulo Feijó, em conversa mantida com César Busatto, chefe da casa civil do Estado no dia 26 de maio último. A imprensa tem o poder de escolher o que vai noticiar e como vai noticiar. A escolha das enunciações que foram publicadas e dos itens lexicais que integraram as manchetes nos dois jornais analisados comprova como a imprensa faz nascer a notícia para o público leitor.

De acordo com Cortes (2002, p. 28) “no Brasil, é um eufemismo afirmar que o espaço público está se dissolvendo, o melhor seria dizer que ele nunca existiu. Hoje é muito claro que certos eventos passam a ter “existência” para nós na medida em que são veiculados pela mídia. Por outro lado, ao contrário do que apregoam os manuais dos grandes jornais, os acontecimentos são apresentados numa dimensão valorativa, a cobertura do diálogo Busatto e Feijó o comprova.

A mídia impressa desempenha um papel de mediadora entre seus leitores e os acontecimentos noticiados. Mas o que os textos dos jornais apresentam não é o acontecimento, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas de representação da sua relação com o acontecimento concreto. A imprensa constrói para o leitor novos sentidos, legitimados por significações que encarnam sentidos reconhecidos pela comunidade leitora. Nesse sentido, o acontecimento noticiado é regulado por escolhas lexicais e enunciações de pessoas autorizadas a falar, e permitindo esse tipo de construção enunciativa e não outro, a mídia impressa controla e vigia o aparecimento de sentidos.

Nas manchetes de capa analisadas de *Zero Hora* e *Correio do Povo*, fica evidente que a mídia impressa tem o poder de mostrar ou ocultar o acontecimento noticiado. De acordo com o jornalista Arbex: “O maior problema, para o pensamento crítico, é tornar visível não apenas o oculto, censurado ou ausente como texto ou imagem, mas o que as tecnologias da informação tornam aparentemente visível por um processo de exposição extrema que, fingindo tudo mostrar, de fato nada revela” (ARBEX, 2001 *apud* CORTES, 2002, p.29). Em vista disso tudo é que um único acontecimento possibilitou o surgimento de duas notícias diferente.

7. Referências

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: EDUSP, 1991.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: Empresa Jornalística Caldas Júnior. Edição: 07 jun. 2008.

CORTES, Verónica P. Aravena. **A Imprensa e a problemática construção de um mundo comum no Brasil.** In: *Jornalismo no Século XXI – A cidadania.* Antônio Hohlfeldt e Marialva Barbosa, Org. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político:** derivas da fala pública. Tradutores Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 27ª Edição. Editora: Vozes, Petrópolis, RJ: 2003.

_____. **A ordem do Discurso.** 15ª Edição. São Paulo: Loyola, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e Mídia:** a cultura do espetáculo. Org. São Carlos: Claraluz, 2003.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. **Da Enunciação ao acontecimento discursivo em análise de discurso.** In: *História e Sentido na Linguagem.* Eduardo Guimarães, Org. Campinas, SP: Pontes, 1989.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Texto e argumentação:** um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 2ª Edição Editora Vozes, Petrópolis: 1998.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução: Eni Puccinelli Orlandi... *et al.*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. O Discurso – **Estrutura ou acontecimento.** Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 4ª Edição Pontes, 2006.

TELLES, Vera. **Direitos Sociais. Afinal, do que se trata?** Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e Espetáculos da Política.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ZERO HORA. Porto Alegre: Rede Brasil Sul de Comunicação. Edição: 07 jun. 2008.